

PCTI/Amazônia: ações para desenvolver a região em curto, médio e longo prazo

A apresentação parcial de uma agenda de curto prazo para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na Amazônia (triênio 2013-2015), realizada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) na reunião Regional Norte do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação ([Consecti](#)) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa ([Confap](#)), em São Luís, demonstrou a seguinte realidade: é necessário um esforço coletivo dos estados, nos assuntos relativos a CTI, para o desenvolvimento da sociedade amazônica.

A agenda de curto prazo faz parte da estratégia de elaboração, que já está em curso, do Plano de Ação em CTI para o desenvolvimento da Amazônia (PCTI/Amazônia), solicitado pelo ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Marco Antonio Raupp, no final do mês de outubro de 2012. Neste intervalo, os estados da região Amazônica, mais o Maranhão e Mato Grosso, encaminharam propostas ao CGEE para a produção parcial do documento.

No total, 33 propostas foram encaminhadas ao CGEE. Das 23 instituições consultadas, 16 retornaram com demandas. O estado do Amapá liderou o número de proposituras (9), seguido do Acre (7), Amazonas (5), Pará (4), Maranhão (4), Mato Grosso (2) e Tocantins (1).

Dentre as propostas, três (uma do Amazonas, uma do Pará e outra Acre) se inserem no dentro de um subprograma que reúne iniciativas de criação e consolidação de parques tecnológicos, centros estaduais ou regionais de CTI ou mecanismos de incubadoras e, outras três propostas, se inserem no subprograma B (Amazonas, Amapá, Rondônia) que se refere ao apoio à ampliação a pesquisa, desenvolvimento da inovação voltada a indústria regional, estimulando as vocações regionais a biodiversidade e de recursos naturais.

CGEE ESTABELE VISITAS AOS ESTADOS DO NORTE PARA FINALIZAÇÃO DAS DO PCTI/AMAZÔNIA

Com as linhas gerais de abrangência do plano definidas na reunião Consecti/Confap os representantes do CGEE vão visitar os estados da região Norte para delinear e fechar as demandas particulares de cada instituição, que devem ser inseridas nas estratégias globais do PCTI.

A meta é até outubro de 2013 ter o plano finalizado. De acordo com o presidente do Consecti e secretário de CTI do Amazonas (SECTI-AM), Odenildo Sena, o PCTI é um plano diferente dos demais que já tentaram implantar na Amazônia, pois envolve os interlocutores da região Norte na elaboração coletiva de ações para o desenvolvimento da região como um todo e não por partes. “Estou muito otimista com o andamento do PCTI. Após a elaboração, os estados terão que se articular para colocá-lo em prática em prol da Amazônia”, disse.

Já a diretora-presidenta da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Maria

POLÍTICA

Postado em 08/02/2013

Olívia Simão, salientou que o Plano de CT&I para a Região Norte é o legado que as ações entre as secretarias de CT&I e as FAPs deixarão para o Brasil.

“O Conselho Nacional das FAPs mobilizou toda região Norte para que nós possamos estabelecer prioridades estratégicas no desenvolvimento da região. Não iremos nos desenvolver de forma sustentável usando métodos clássicos e a mudança exige massa crítica bem formada para pensar em novas soluções tecnológicas que possam aliar o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico e a conservação da Floresta Amazônica”, disse a presidenta.

É certo que o PCTI ressalta a importância de uma estratégia de planejamento para a região, baseado na visão coletiva e consensuada das instituições regionais, com vistas no desenvolvimento sustentável, apropriação responsável das biodiversidade de cada estado e, sobretudo, a preservação da riqueza da floresta amazônica.

CIÊNCIAemPAUTA, por Carlos Fábio Guimarães